

## **Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056**

### **Orientações para o estudo**

#### **PARTE II. Para conhecer a sociedade portuguesa: conhecimento empírico, descrição e interpretação**

##### **Tema 5. O Estado e a economia – a produção e a distribuição de riqueza**

O tema 5 do programa desta unidade curricular visa apresentar algumas das principais características económicas da sociedade portuguesa contemporânea, que abordaremos a partir de um posicionamento sociológico. Neste sentido, interessar-nos-emos, sobretudo, pelas relações sociais que se desenvolvem no (e através do) mercado de trabalho, prestando particular atenção à (re)produção de uma estrutura social desigual na sociedade portuguesa a partir das dinâmicas de exploração dos trabalhadores. Isto é uma questão crucial no texto de José Reis, um economista heterodoxo (*i.e.*, crítico da corrente económica neoliberal ortodoxa), remetendo para uma compreensão da economia nos moldes do que, no século XIX, era concebido como “economia política”.

O carácter semi-periférico da sociedade portuguesa, que abordámos anteriormente, traduz-se num conjunto de características económicas de que todos/as nós estaremos já cientes, não só por serem difundidas na comunicação social e em literatura académica como também pela experiência profissional de muitos de nós. Será aqui conveniente fazermos uso da nossa “imaginação sociológica”, conceito de Charles Wright Mills que a maioria dos/as estudantes desta unidade curricular estudaram na unidade curricular Sociologia Geral 41110. Lembro-vos que a imaginação sociológica é a competência teórico-metodológica que permite ligar o que ocorre ao nível das biografias individuais com o que se passa ao nível das estruturas históricas mais amplas no seio das quais estas biografias se desenvolvem. Usar a imaginação sociológica implica um exercício de reflexão rigoroso e bibliograficamente suportado que nos permita, em simultâneo, compreender as nossas experiências pessoais à luz das dinâmicas estruturais da sociedade em que vivemos e perceber como estas dinâmicas estruturais se reflectem nas nossas vidas.

A economia portuguesa baseia-se, sobretudo, na produção de bens tecnologicamente pouco complexos que são, em geral, desvalorizados nos mercados internacionais, sendo as exportações portuguesas pouco competitivas em muitos mercados. Isto explica o relativamente reduzido peso das exportações no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, que, desde meados da década de 1980s, oscilam entre 20% e 25% do PIB. Traduzindo: a maioria dos bens produzidos em Portugal são vendidos em Portugal, em parte, porque só aqui podem ser vendidos com lucro.

Em parte, é também desta falta de competitividade internacional que decorre o afunilamento das exportações portuguesas num número reduzido de mercados, sobretudo, a Alemanha, França e Espanha, captando este último país cerca de um terço do total das exportações portuguesas. Tratando-se de dois países centrais no sistema-mundo e de um país

semi-periférico, mas geopolítica e economicamente melhor posicionado do que Portugal, as relações de poder estabelecidas no comércio entre estes países tendem a não favorecer Portugal.

Tudo isto é indissociável do modelo de crescimento económico vigente em Portugal (*i.e.*, da forma como é produzida riqueza), que assenta, sobretudo, no trabalho. Ou seja, a riqueza é, em Portugal, criada à custa do trabalho, levando a que para criar riqueza adicional seja necessário aumentar a quantidade de trabalho usada, contratando trabalhadores adicionais e/ou fazendo os trabalhadores actuais trabalhar mais horas semanais. Este é um ponto crucial para compreender a economia nacional e, em geral, a sociedade portuguesa e um ponto no qual fica claro o carácter semi-periférico desta sociedade. A sociedade portuguesa está na periferia da Europa, logo, na semi-periferia do sistema-mundo, mas tem várias características comuns com as sociedades periféricas, incluindo o baixo desenvolvimento tecnológico e o uso intensivo de uma força de trabalho extensa e mal remunerada. Ainda que, numa sociedade capitalista, a produção de riqueza dependa sempre da apropriação de uma parte do produto do trabalho de outrem (lembrem-se do que aprenderam sobre Marx), há arranjos organizacionais e empresariais que permitem aumentar a produtividade do trabalho, levando à criação de riqueza adicional sem que isto implique mais trabalhadores ou mais horas de trabalho totais. Isto é possível, por exemplo, investindo nas qualificações dos trabalhadores ou em tecnologia que acelere a produção ou que substitua seres humanos em certas tarefas. Ora, em Portugal, de forma geral, isto não se verifica por questões históricas, políticas e culturais, que levam as empresas a apostar principalmente na apropriação directa do trabalho como forma de criação de riqueza.

Isto é possível porque existe, em Portugal, uma extensa população pobre ou próxima da linha da pobreza, com insuficientes apoios estatais, que, para sobreviver, está disposta a aceitar as más condições laborais e os baixos salários que as empresas oferecem. Em termos marxistas, poderíamos dizer que a produção de riqueza em Portugal é suportada pela existência de um vasto “exército industrial de reserva”, cuja dimensão e pobreza permite às empresas que operam em solo português manter os salários baixos e as condições contratuais precárias. A transformação das empresas portuguesas no sentido de reduzir a sua quase-exclusiva dependência da apropriação do trabalho como forma de criar riqueza demoraria tempo e exigiria investimentos em educação, tecnologia, *etc.* Ora, existindo uma população disposta a trabalhar a baixo custo, no imediato, é mais barato para as empresas continuarem a utilizar o mesmo modelo de geração de riqueza suportado pela força de trabalho intensiva.

Necessariamente, como José Reis deixa claro, isto indica que há um problema de redistribuição de riqueza e, em geral, de justiça social que é reproduzido por estas características da economia portuguesa. Ainda que o trabalho seja amplamente utilizado como meio privilegiado de produção de riqueza, os trabalhadores não são justamente recompensados, quer pelos salários baixos, quer pelas condições laborais que não valorizam o que fazem. Isto coloca

Portugal numa posição paradoxal à escala da União Europeia (UE): Portugal tem uma taxa de actividade mais elevada do a maioria dos restantes Estados-membro, mas o facto de uma percentagem elevada da população em idade activa trabalhar no mercado de trabalho formal não se traduz numa melhoria geral do seu nível de vida. Na UE, a taxa de actividade em Portugal é apenas comparável à dos países escandinavos, mas nestes países o trabalho funciona como uma forma de valorização profissional e pessoal dos trabalhadores e como um mecanismo de redistribuição de riqueza através do pagamento de salários (comparativamente) justos.

Para realizar o estudo do tema 5 da Parte II do programa curricular, deverá ler o texto indicado de seguida.

Reis, José (2009), "Os caminhos estreitos da economia portuguesa. Trabalho, produção, empresas e mercados", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 85, 5-21.

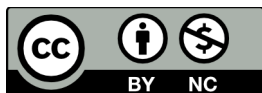
Quem pretender saber mais sobre este tema poderá também ler o seguinte texto opcional.

Reis, José (2004), "Estado, mercado e comunidade. A economia portuguesa e a governação contemporânea", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 81-100.

Tenha em mente que os materiais de apoio ao estudo disponibilizados não substituem a leitura do texto acima indicado.

Como actividade formativa opcional (não avaliada), procure resumir as principais ideias do texto indicado como bibliografia obrigatória. Partilhe as suas dúvidas e comentários interpretativos (ancorados na bibliografia e não, meramente, comentários de senso comum) no fórum da UC para serem discutidos com a equipa docente e os/as colegas.

Este texto foi preparado por João Aldeia para o ano lectivo 2023/2024 da unidade curricular Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056.



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>